



<http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/index>

ISSNdoLivrodeResumos:2448-0010

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA AMBIENTAL: O PROJETO GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA – GATI

Amandha Silva da SILVA¹ Aline Cristina Guimarães MARTINS²; Camila Rocha da COSTA³; Cyro Gudolle SOBRAGI⁴

¹Curso de Administração Pública. Unidade Porto Alegre. UERGS, ²Curso de Administração Pública. Unidade Porto Alegre. UERGS. ³Curso de Administração Pública. Unidade Porto Alegre professor orientador, Curso de Administração Pública. Unidade Porto Alegre. ⁴

E-mails: amandha-silva@uergs.edu.br, aline-martins@uergs.edu.br, camila-costa@uergs.edu.br, cyro-sobragi@uergs.edu.br

Resumo

A preservação ambiental e sustentabilidade se caracterizam como marcas das comunidades indígenas. Políticas públicas que incentivem a preservação dos povos indígenas e suas culturas se mostram um importante caminho para a sustentabilidade. Entre 2010 e 2016 foi implementado o Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) para trabalhar em conjunto com 32 povos indígenas visando fortalecer práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas. Este trabalho analisou como o projeto GATI trabalha em conjunto com os povos indígenas da região Cerrado-Pantanal para garantir recuperação e proteção de áreas degradadas de maneira sustentável.

INTRODUÇÃO

A gestão ambiental se apresenta materialmente através de atividades econômicas e sociais, visando utilizar de maneira racional os recursos naturais trazendo sustentabilidade. O processo de gestão ambiental no Brasil vem se adequando com o desmatamento, o garimpo ilegal, entre outras ações que influenciam a vida sustentável. Entre 2010 e 2016 foi implementado o Projeto GATI para trabalhar em conjunto com 32 povos indígenas com o objetivo de fortalecer práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas. Para Pitaguary (2014) o projeto GATI visava valorizar as terras indígenas e reconhecer a contribuição que os povos indígenas têm para o meu ambiente. Atualmente o projeto GATI trabalha em 8 regiões, sendo elas as regiões de Nordeste I, Amazônia Oriental, Sul, Sudeste, Pantanal Cerrado e Amazônia Cerrado e Nordeste II. Na região do 2 Pantanal Cerrado o projeto abrange as Terras Indígenas Pirakuá, Lalima, Cachoeirinha, Jaguapiré, Sessoró e Taunay (MS), sendo a maior região atendida pelo projeto GATI. Através de levantamentos realizados em conjunto, compreendemos que é importante a participação dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável. Portanto, o trabalho tem o objetivo de analisar como o projeto GATI trabalha em conjunto com os povos da região Cerrado-Pantanal para garantir recuperação e proteção de áreas degradadas de maneira sustentável. Considerada a “caixa d’água” do Brasil, a região do cerrado é o berço de vários importantes rios brasileiros, abastecendo oito bacias hidrográficas, além disso é um dos biomas mais ameaçados do país, tendo como motivo principal a expansão do agronegócio e o uso predatório do solo.



<http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/index>

ISSNdoLivrodeResumos:2448-0010

MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação proposta teve como estratégia metodológica uma abordagem qualitativa-exploratória como processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para o entendimento detalhado do objeto de estudo. A pesquisa qualitativa, para Minado (2008, p. 21), “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Os dados secundários foram coletados em sites do projeto GATI, FUNAI, PNGATI, artigos, reportagens e monografias referentes ao assunto durante o mês de maio de 2021.

O recorte para esta pesquisa foi a região das terras indígenas da Amazônia/Cerrado. As três terras indígenas que o programa GATI atende nesta região são: Xerente (TO); Xambioá (TO) e Bakairi (MT), tendo população total 4620 indígenas.

A Terra Indígena Bakairi fica localizada nos municípios de Planalto da Serra e Paranatinga, estado do Mato Grosso possuindo 61.405 hectares, está regularizada desde 1920. É habitada tradicionalmente pelo povo Bakairi em torno de 620 pessoas e 10 aldeias. A Terra Indígena Xambioá fica situada entre o Bioma Cerrado e o Bioma Amazônia, perto do rio Araguaia, localizada no município de Santa Fé do Araguaia, em Tocantins tem 3.326 hectares, habitada Karajá e somam atualmente 500 pessoas em quatro aldeias: Xambioá, Kurehê, Wari-Lyty, Hawa Tymara. A Terra Indígena Xerente está localizada nos municípios de Tocantínia e Pedro Afonso, no estado de Tocantins com 167.542 hectares. É habitada tradicionalmente pelo povo Xerente, que se autodenominam Akwẽ, a população na Terra Indígena soma cerca de 3.500 pessoas que vive em 63 aldeias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção está organizada da seguinte forma: apresentar como o projeto GATI é inserido nos povos indígenas, levantar quais são os problemas ambientais da região que mais impactam os indígenas, verificar os processos sustentáveis utilizados no programa e os resultados que trazem para o meio ambiente.

Antes de apresentar o projeto GATI em si é importante mencionar a política pública que o mesmo está inserido. Para que as políticas públicas ambientais tenham mais eficiência, o governo federal - em parceria com as comunidades indígenas - desenvolveu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em 2012 através do decreto 7.747, trazendo exemplos de iniciativas e experiências desenvolvida pelo Governo do Estado, instituições parceiras e os povos indígenas. Esta política foi criada para reconhecer e apoiar a gestão ambiental e territorial que já é realizada por estes povos em suas terras, criando um espaço e oportunidades para que os povos indígenas e o Estado dialoguem para proposta de preservação do meio ambiente. A PNGATI atua através de sete eixos para cumprir: Proteção territorial e dos recursos naturais; Governança e participação indígena; Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; Prevenção e recuperação de danos ambientais; Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; Propriedade intelectual e patrimônio genético; Capacitação, formação, intercâmbio e educação.

Referente ao projeto GATI, entre os anos de 2009 e 2010 o Grupo de trabalho interministerial elaborou uma proposta de política de gestão ambiental de terras indígenas, que foi aprovada em 2009 pelo Meio Ambiente. O enfoque do projeto GATI tratava-se de agroecologia, agrofloresta e



<http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/index>

ISSNdoLivrodeResumos:2448-0010

restauração ambiental, com a valorização do conhecimento Indígena, assim trazendo o diálogo com os povos indígenas para modelos e ações visando um ambiente mais sustentável. Um dos eixos mais importantes do programa é o apoio a iniciativas de recuperação de áreas degradadas, assim trabalhando em conjunto com os habitantes locais e especialistas nas áreas ambientais.

Em relação a inserção do projeto GATI nos povos indígenas, a escolha das terras indígenas se deu a partir de alguns critérios como a existência de evidência de diversidade biológica e cobertura vegetal nas terras indígenas, os povos indígenas estarem organizados, a existência de possíveis ameaças aos recursos naturais nas terras indígenas, de iniciativas indígenas para defesa do território, experiências exitosas de gestão etnoambiental que possam servir de base para futuras ações. Implementação se deu através de ações como instalação do Comitê Diretor do GATI em junho de 2010 sendo composto por um representante de cada uma das associações indígenas ARPIN-SUL, ARPIPIAN, APOIME, APIB, Articulação do Mato Grosso e Coiab, três membros do Ministério do Meio Ambiente e três membros da FUNAI. Além disso, foram realizados seminários de Formação de Unidade Gestora do Projeto - UGP. Durante as cinco consultas regionais aos povos indígenas em que foram estabelecidas as linhas gerais do Projeto e as áreas de referência, o projeto procurou trabalhar com algumas linhas relacionadas a como os povos indígenas estão fazendo a gestão das suas terras, se a gestão é eficaz, se gestão tem visibilidade e como o projeto poderia apoiar esta gestão.

Referente aos problemas ambientais da região que de maior impacto nas comunidades indígenas identificados no projeto se destacam: desmatamento, incêndios florestais, invasões e poluição. Um exemplo são as terras Xambioá - que maior parte do território se concentra em grandes porções de mata virgem, da fauna e da flora nativa – que vem sofrendo grandes pressões de fazendas vizinhas que desmatam e queimam em torno do território. Além disso, ocorre a pesca ilegal, com invasões de pescadores e caçadores, impactando sobretudo as tartarugas. Na terra indígena Bakairi os problemas que afetam são a pescas e caças ilegais, poluição dos córregos do Rio Teles Pires e incêndios florestais. Já na terra indígena Xerente os principais impactos ambientais relatados foram as queimadas, desmatamento e incêndios florestais.

Os processos sustentáveis apresentam grande heterogeneidade, dependendo da comunidade envolvida indígena. Na terra indígena Xambioá os processos sustentáveis utilizados são o manejo e criação de Tartarugas, a capacitação em apicultura para produção de mel, resgate de roças tradicionais e roças de fundo de quintal, além do núcleo de pesquisa e conservação da flora e fauna silvestre. Em 2013 foram soltos aproximadamente 9.000 filhotes no rio Araguaia, em 2014, 6.000 filhotes, e em 2015, 5.400 filhotes. Na terra indígena Bakairi os programas foram o fortalecimento das atividades produtivas sustentáveis em roças-de-toco para garantia da segurança alimentar, a produção de mudas frutíferas nativas e aproveitamento das polpas de mangaba, buriti e marmelo, projeto de reciclagem na aldeia Kuyakware e reflorestamento dos buritizais da terra indígena Bakairi, resultando a criação de brigada de incêndio e gestão de resíduos sólidos. Na terra indígena Xerente os programas são referentes ao resgate das plantas cultivadas nas roças tradicionais, apoio às iniciativas para enriquecimento dos roçados e quintais, intercâmbios com outras aldeias indígenas, consolidar o trabalho com manejo do fogo. Estes projetos resultaram em dez hortas sustentáveis, além do fortalecimento das culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil dispõe de bons instrumentos de política e planejamento na questão de gestão ambiental, contudo em relação à efetivação dos programas e políticas públicas ainda há bastantes dificuldades fazendo com que muitas vezes os programas não cheguem à população diretamente afetada. Os



<http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/index>

ISSNdoLivrodeResumos:2448-0010

problemas ambientais vividos na Amazônia acabam trazendo impactos tanto para a população local quanto para quem utiliza os recursos. Em situações como esta é enaltecida e necessária a atuação de programas como o GATI. Concluimos que o projeto GATI traz como seus objetivos alguns pontos da política do meio ambiente, como o planejamento e fiscalização dos recursos ambientais, proteção do ecossistema, recuperação das áreas degradadas entre outros. O projeto GATI, portanto, contribui para o reconhecimento das Terras Indígenas como as áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortalecendo práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

FUNAI. **Entendo PGTA.** Disponível em:
http://cggamgati.funai.gov.br/files/2414/8839/5161/Entendendo_a_PNGATI.pdf.

FUNAI. **Núcleo Regional Amazônia Cerrado.** Disponível em:
http://cggamgati.funai.gov.br/files/1814/8837/9954/Ncleo_Regional_Amazonia_Cerrado.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PECCATIELLO. Ana Oliveira **Políticas públicas ambientais no Brasil:** da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/21542/17081#:~:text=Destacam%2Dse%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,de%20%C3%81guas%20e%20aEnergia%20El%C3%A9trica%2Cf>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

PITAGUARY, Ceiza. **A Participação Indígena na Discussão e Implementação do Projeto GATI: lições aprendidas e desafios.** PGTA. Disponível em:
http://cggamgati.funai.gov.br/files/6014/8839/2277/Texto_Tematico_Participacao_Indigena.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.